



ISSN 2318-5104 | e-ISSN 2318-5090

CADERNO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE

*Physical Education and Sport Journal*

[v. 17 | n. 1 | p. 255-263 | 2019]

RECEBIDO: 29-03-2019

APROVADO: 26-05-2019

ENSAIO

## DOSSIÊ FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

# Formação de professores de educação física para o trabalho junto de alunos com deficiência: contribuições do ensino, pesquisa e extensão

*Physical education teacher formation for work with deficiencies students: teaching, searching, and extension contributions*

DOI: <http://dx.doi.org/10.36453/2318-5104.2019.v17.n1.p255>

Ana Laura Fischer Lottermann, Lizete Wasem Walter, Gabriela Simone Harnisch,  
Douglas Roberto Borella

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)

### RESUMO

**Objetivo:** o presente ensaio teve como objetivo dissertar sobre o tripé “ensino, pesquisa e extensão” no que refere às ações desenvolvidas pelas Universidades para a formação inicial de professores de Educação Física no trabalho junto de pessoas com deficiência. **Métodos:** os procedimentos metodológicos firmaram-se em um ensaio baseando-se nas principais literaturas disponíveis nas bases de dados do Google Acadêmico e Scielo, este estudo caracterizou-se como uma pesquisa descritiva interessada em descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los. **Resultados:** constatou-se que a disciplina que tem como foco o trabalho junto de pessoas com deficiência integra-se nas matrizes curriculares dos cursos de Educação Física a partir de diferentes denominações, porém os professores que ministram tais disciplinas ainda não encontraram uma fórmula adequada para simular vivências práticas para alunos. Quanto aos projetos de extensão e pesquisa, evidenciou-se recentemente a ausência de apoio das Instituições de Ensino Superior e parcerias com entidades específicas que atuam no atendimento de pessoas com deficiência, bem como, a necessidade de um olhar mais atento às pesquisas relacionadas ao aluno com deficiência na Educação Física. **Conclusão:** por meio do ensino e pesquisa a universidade torna-se mais forte ao saber ensinar e comprovar de seus conhecimentos. A extensão universitária vem para somar e reproduzir na prática tudo aquilo que já foi visto, cabe a todos, docentes e discentes, fazer parte do tripé de sua universidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação Inicial; Educação Física; Pessoa com Deficiência.

### ABSTRACT

**Objective:** this study had as objective to talk about the tripod: “teaching, research and extension programs” regarding the actions elaborated by universities for the initial training of Physical Education teachers working with disabled people. **Methods:** the methodological procedures got established in a study based in the principal literatures available on the Scholar Google and Scielo database. This study was portrayed as a descriptive research interested in find out and watch phenomena, trying to describe, classify and interpret them. **Results:** it has revealed that the discipline that focuses on work with disabled people is integrated into the curricular matrices of Physical Education courses from different denominations. However, the teachers who manage these subjects have not yet found a properly formulation to simulate practical experiences with students. Regarding the extension and research programs, it has recently evinced the lack of support of higher education establishments and partnership with specific entities that act with disabled people such as the need of a closer look of the related researches about the disabled students in Physical Education. **Conclusion:** through teaching and research the university becomes stronger to know how to teach and to prove their knowledge. The extension programs come to make the difference and reproduce with practice everything that has already been seen. It is up to everyone, teachers and students, to be part of the tripod of university.

**KEYWORDS:** Initial Formation; Physical Education; Disabled People.



Direitos autorais são distribuídos a partir da licença Creative Commons (CC BY-NC-SA - 4.0)



## INTRODUÇÃO

A formação de professores de Educação Física no que tange o trabalho junto de alunos com deficiência tem sido alvo de muitos pesquisadores nos últimos anos (CONCEIÇÃO; KRUG, 2009; FIORINI; MANZINI, 2014; TAVARES; SANTOS; FREITAS, 2016; PACHECO; ALVES; DUARTE, 2017; GREGUOL; MALAGODI; CARRATO, 2018). Tais estudos envolvem diversas temáticas, como as dificuldades encontradas pela comunidade escolar frente a inclusão, as políticas públicas para a inclusão do aluno com deficiência no ensino regular e a formação inicial de professores – foco do presente estudo.

Rodrigues (2003) evidenciou que uma formação inicial em Educação Física com falta de capacitação para ensinar pessoas com deficiência, causa consequências à efetivação do princípio inclusivo, pressupondo custos e rearranjos posteriores que poderiam ser evitados. Problemas encontrados na formação inicial podem ser representados por determinações ou fatores políticos e econômicos que afetam a instituição universitária como um todo, tanto por questões mais específicas como “fatores organizacionais da própria estrutura universitária e fatores do desenvolvimento científico da área” (NASCIMENTO, 2006, p. 61). Gaio, Seabra Júnior e Delgado (2013) justificam que é significativo realçar que os princípios da (IES), não é só o de formar ou preparar profissional qualificado para o mercado de trabalho existente, mas, também, deve identificar questões e necessidades antecipando soluções.

Desse modo, Borella (2010), Mendes e Pádua (2010), Brito e Lima (2012), Borella et al. (2013), Frank et al. (2013), Sobreira, Lima e Nista-Piccolo (2015), constataram várias lacunas em relação a formação inicial de professores para o trabalho junto de alunos com deficiência, isto é, a graduação em Educação Física, ou seja, os discentes dos cursos de licenciatura devem estar à frente de elementos teóricos, metodológicos e técnicos indispensáveis para o desenvolvimento de práticas no âmbito escolar junto do aluno com deficiência, para a formação de alunos críticos e investigativos.

Durante a formação inicial de professores de Educação Física diferentes formas de intervenção e ensino são proporcionadas aos acadêmicos no que se refere à alunos com deficiência. A principal maneira é por meio de uma disciplina, que recebe diversificados nomes, de acordo com cada IES, com diferentes cargas horárias, mas, que no Plano de Ensino contemplam as características das deficiências, histórico da Educação Especial e sua relação com a Educação Física, legislação, e principalmente, as práticas pedagógicas utilizadas junto de tal população no ensino formal (BORELLA, 2010). Assim como os demais conteúdos, a introdução de disciplinas específicas do campo da educação especial nos cursos de formação inicial de professores, garantida ou determinadas através da Resolução CNE/CP nº. 1 de fevereiro de 2002 institui as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura.

Dessa maneira, a área da Educação Física foi uns dos primeiros cursos a manter nas matrizes curriculares, de acordo com a Resolução nº 03/87 do Conselho Federal da Educação, conteúdos direcionados às atividades físicas e pessoas com deficiência disponibilizada aos acadêmicos (BORELLA, 2010). Porém, não se sabe se a mesma é suficiente para que haja êxito durante a atuação dos professores nas escolas de ensino regular, para que possam proporcionar a este público qualidade de atuações indiferente de qualquer ambiente. Para transpor tal dificuldade, é necessário oportunizar as vivências voltadas ao ensino dos conteúdos para alunos com deficiência frente à inclusão nas aulas de todas as disciplinas durante a graduação, obtendo assim a qualificação na formação dos professores, além da disciplina referente ao assunto que compõe a matrizes curriculares dos cursos (NASCIMENTO, 2006; TAFFAREL; SANTOS JUNIOR, 2010).

Todavia, alguns estudos como os de Barbosa-Rinaldi (2008), Marcon et al. (2013) e Duarte e Terra (2014), têm apresentado discussões que induzem ao entendimento de que apenas o ensino não está sendo suficiente para proporcionar um processo de aprendizagem findado com sucesso. Por isso, os licenciados em Educação Física podem se beneficiar dos outros itens que contemplam o tripé das universidades: a pesquisa e a extensão. Baseando-se no Art. 207<sup>1</sup> da Constituição, que explana que as universidades obedecem ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988). Esse tripé é comentado por Moita e Andrade (2009) como uma das formas de qualificação capaz de proporcionar o pensar e repensar o ensino em função das estruturas sociais.

Dessa forma, o tripé de ensino, pesquisa e extensão é fundamental para a formação de professores. Além do direito adquirido, a formação dos docentes é fundamental para que o processo de inclusão de alunos com deficiência aconteça com sucesso. Assim, fica a cargo de grupos de pesquisa e núcleos de extensão fomentados pelas instituições de ensino superior a responsabilidade pela complementação da formação do futuro professor de Educação Física. Isso ratifica a importância tanto da pesquisa quanto da extensão na formação de licenciados em Educação Física para lidar com a diversidade (SILVA, 2015).

O ensaio tem como objetivo dissertar sobre o tripé de ensino, pesquisa e extensão no que refere as ações desenvolvidas pelas Universidades correlacionando à importância da vivência e experiência dos acadêmicos de Educação

<sup>1</sup> As universidades, segundo o Art. 207 da Constituição, obedecem ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que se caracterizam, nos termos do Art. 52 da LDB – Lei nº 9.394, de 1996 –, por: “I – produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; II – um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral”.

Física em formação inicial junto ao trabalho de pessoas com deficiência. Assim, por meio desse ensaio, procurou-se responder a seguinte questão: quais são as contribuições das ações desenvolvidas envolvendo ensino, pesquisa e extensão na formação inicial do acadêmico de Educação Física para o trabalho junto do aluno com deficiência?

## MÉTODOS

Os procedimentos metodológicos firmaram-se em um ensaio, o qual Paviani (2009) salienta que este condiz em examinar alguns textos elaborados por pesquisadores da área investigada, tendo como ponto de partida a experiência sendo este meramente descritivo e explicativo. Para Vieira (2002), pode-se dizer que a pesquisa descritiva está interessada em descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los. Nesse sentido, baseamo-nos nas principais literaturas disponíveis em periódicos nas bases de dados do Google Acadêmico e Scielo, o qual trata-se de sites de buscas que reúnem principais produções científicas existentes, ao selecionar os artigos, os quais tinham como palavras chaves: ensino, pesquisa, extensão, formação inicial ou Educação Física. Após isso, foram selecionados apenas os artigos relacionados com o tema do presente estudo, exposto e discutidos pelos autores.

## RESULTADOS

Ensino é o que faz com que a formação acadêmica não seja apenas o ganho de um título, mas uma formação com acrescento de aprendizado de quem a frequenta (ZABALZA, 2007). Perante a legislação, da Resolução nº 03/87 do Conselho Federal de Educação, os cursos de formação em Educação Física devem oferecer, pelo menos, uma disciplina para tratar sobre a temática de educação inclusiva (BRASIL, 1987). Tal disciplina deve fornecer subsídios para que o futuro profissional conheça conceitos, procedimentos e atitudes necessários à atuação com pessoas com deficiência, com as quais provavelmente terá contato em algum momento de sua carreira (FERREIRA et al., 2013).

A disciplina a qual consta nas matrizes curriculares dos cursos de Educação Física que tem como foco o trabalho junto de pessoas com deficiência, recebe diferentes denominações, tais como: Educação Física Adaptada; Educação Física para Alunos com Deficiência; Educação Física Escolar Especial; Esporte Adaptado, Atividade Física Grupos Diferenciados; Atividade Física para pessoas com deficiência ou inaptidão; Educação Física Escolar e Portadores de Necessidades Especiais. De forma geral, essas disciplinas discutem a caracterização das pessoas com deficiência nos aspectos anatômicos, fisiológicos, neurológicos e psicológicos; os procedimentos pedagógicos para o ensino dos conteúdos da Educação Física e a trajetória sócio-histórica e legal desse público (CIDADE, FREITAS; PEDRINELLI, 2001; BORELLA, 2010; FERREIRA, et al., 2013).

Borella (2010) desenvolveu um estudo que contemplou 160 cursos de Educação Física em 21 estados brasileiros. A pesquisa evidenciou que a disciplina que visa o trabalho junto de alunos com deficiência estava presente em todos os cursos pesquisados, porém, a carga horária variou de 30 a 120 horas, enquanto Ferreira et al. (2013) revelaram que nas Universidades paulistas a carga horária variou de 60 a 180 horas tal disciplina. Desse modo, constatou-se que em ambos os estudos a disciplina estava presente nos cursos pesquisados, porém, as mesmas possuem diferentes cargas horárias.

Quanto as ementas da disciplina em foco nas universidades privadas da cidade do Rio de Janeiro, percebeu-se, de modo geral, que as aulas ministradas não possuem atividades práticas, apenas uma visita a alguma entidade especializada no atendimento a pessoas com deficiência. Este dado sugeriu que, se ao contrário da tradição das outras disciplinas esportivas e pedagógicas que priorizam as atividades práticas sobre as teóricas, a disciplina que visa o trabalho junto de alunos com deficiência opta por um conteúdo de “sala de aula”, supondo assim que os professores se ressentem de maior afinidade com o seu objeto de ensino ou ainda não encontraram uma fórmula adequada para simular vivências práticas para alunos, em sua maioria, sem deficiência (MOURA et al., 2014).

Assim, os autores concluíram que a disciplina em questão estava mais vinculada com o campo acadêmico que com o estado da arte – o campo da intervenção e do fazer pedagógico, ou seja, os alunos dos cursos de graduação tinham pouca vivência da realidade (MOURA et al., 2014). Porém, não se sabe se a mesma é suficiente para que haja êxito durante a atuação dos professores nas escolas de ensino regular, para que aconteça as vivências para os alunos, ocasionando a inclusão em suas aulas.

Ao encontro desse ponderamento, uma proposta de alteração na formação de professores de Educação Física para lidar com os alunos com deficiência seria: “ao invés do futuro profissional ter apenas uma disciplina no currículo, o conteúdo sobre pessoas com deficiência deveria permear e ser discutido em todas as disciplinas” ((SILVA et al., 2017, p. 11). Se faz necessário que os cursos de formação inicial juntamente com seus professores modifiquem padrões, para que possa promover um ensino de qualidade (BIAJONE; ALMEIDA, 2007). Dessa forma é imprescindível haver estágios que desafiem os alunos, práticas com inclusão e um pensamento crítico bem desenvolvido.

Mesmo assim, o estudo realizado por Fiorini e Manzini (2014), identificou que as dificuldades encontradas para atender a demanda da inclusão educacional de alunos com deficiência em aulas de Educação Física advêm de diferentes fatores: formação, questão administrativo-escolar, alunos, diagnóstico, família, recurso pedagógico, estratégia de ensino e da área Educação Física. Ou seja, mesmo com uma disciplina voltada ao atendimento do aluno com deficiência, os avanços evidenciados nas demais disciplinas dos cursos de graduação em Educação Física, ainda existe muito para se fazer para que a inclusão ocorra efetivamente. Dessa maneira, em seu estudo, Oliveira e Assis (2010) dissertam sobre trabalhar com a diversidade humana juntamente com a inclusão social, ou seja, alunos com deficiência, nas aulas de Educação Física escolar é um desafio que precisa ser assumido pelos futuros profissionais, ocasionando uma discussão crítica sobre a diversidade para que a inclusão de fato aconteça. Neste sentido, percebe-se que existe a necessidade de que todas as disciplinas do curso de graduação em Educação Física estejam engajadas em um mesmo objetivo: formar professores qualificados para atender a toda a demanda escolar existente, estando contemplados assim alunos com algum tipo de deficiência.

As atividades de extensão universitária são capazes de potencializar a relação entre a Universidade e outros setores da sociedade, voltados aos interesses e necessidades da população, objetivando o desenvolvimento regional e nacional, bem como para a promoção de políticas públicas efetivas (BORTOLETO, 2016). O SESu/MEC (BRASIL, 2008, p. 32) descreve a Extensão Universitária como “um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade”. A extensão universitária conta com condições formadoras diferenciadas que enriquecem os conhecimentos de alunos e docentes, levando-os à mais alta qualificação na área de atuação e, muitas vezes, ao encontro do mais importante significado de seu trabalho e de sua carreira (ZUANON, 2010).

Ao relacionar-se exclusivamente à extensão universitária, o documento intitulado “O papel da extensão na trilogia universitária” (Faculdade de Educação Física - FEF - Unicamp, 2014), disponibilizado pela coordenadoria de extensão da FEF (Unicamp), relembra que o Plano Nacional de Extensão, define a extensão universitária como o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.

Dessa forma, a importância dos projetos de extensão se fundamenta e se justifica na compreensão de que a extensão é um processo acadêmico, definido e efetivado em função das demandas da realidade social, relacionando-se uma atividade indispensável na formação do acadêmico, na qualificação do professor e na necessidade do intercâmbio a ser estabelecido entre as IES (que têm como foco a produção e disseminação do conhecimento) junto da sociedade, possibilitando as relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais (FORPROEX, 2012). Além disso, ela contribui significativamente para o ensino e o desenvolvimento de pesquisas, pois trabalha com problemas impostos pela vida, o que conduz à realização de intervenções intra e/ou extramuros da universidade, na busca de soluções efetivas para problemas sociais (FORPROEX, 2000/2001).

Assim, a extensão universitária torna-se importante fonte de informações para o mundo acadêmico de acordo com Jezine (2004). Possibilitando o desenvolvimento e as publicações de experiências na extensão e pesquisas, as quais constituem importante ferramenta de divulgação de suas produções, resultantes de projetos e de atividades de extensão universitária. Duarte e Lima (2003, p. 96) descrevem a extensão universitária como “uma forma de integrar o conteúdo de sala de aula à prática”, e, ainda, reforçam que:

O importante é que esteja vinculado ao ensino e a pesquisa e tenha como objetivo propiciar um movimento educacional que possua características multidisciplinares e interdisciplinares; que ressignifique valores, com diferentes experiências e, nesse caso, tanto sobre o papel da pessoa com deficiência como dos discentes e dos docentes na construção e disseminação do conhecimento (DUARTE; LIMA, 2003, p. 96).

O Plano Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012), em seu documento específico sobre as linhas de extensão universitária, traz a seguinte definição para a linha de extensão “Pessoas com deficiências, incapacidades e necessidades especiais”:

Desenvolvimento de programas e projetos, assessoria, consultoria, realização de eventos e outras ações voltadas para o planejamento, implementação e avaliação de processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), de emancipação e inclusão de pessoas com deficiências, incapacidades físicas, sensoriais e mentais, síndromes, doenças crônicas, altas habilidades, dentre outras; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção individual e coletiva, tendo como objeto focado na ação essas pessoas e suas famílias; formação, capacitação e qualificação de pessoas que atuam com esses segmentos; produção e divulgação de informações, conhecimentos e material didático na área (p. 37).

Tal linha de extensão pode contribuir de uma forma mais prática com a disciplina específica voltada à pessoa com deficiência e trazer o conhecimento ampliado sobre esse campo da Educação Física. Assim, a extensão universitária trata-se de uma qualificação capaz de formar professores mais aptos a atender a referida população (MENEGON et al, 2015).

Desde que foi implementado o Programa de Apoio à Extensão Universitária pelo Ministério da Educação, inúmeros benefícios foram colhidos. Soares (2016) disserta que entre estes benefícios há o estímulo para o desenvolvimento social e o espírito crítico dos estudantes, a contribuição para a melhoria da qualidade da educação brasileira por meio do contato direto dos acadêmicos extensionistas com realidades concretas e com a troca de saberes com os populares e a colaboração para a implementação de políticas públicas.

Outro estudo enfatizou sobre os projetos voltados à pessoa com deficiência, que permitem a vivência e aprendizagem do acadêmico com o aluno com deficiência. Essa qualificação, além da disciplina específica do curso, permite a melhora nas práticas pedagógicas desses acadêmicos. Informa que os discentes participantes do projeto voltado à pessoa com deficiência realizam atividades diferenciadas, o que permite seu contato com diversas modalidades e pessoas com deficiência. O contato com mais de um tipo de deficiência auxilia na aprendizagem e ampliação do conhecimento desses acadêmicos (RAMOS, 2016).

Além de projetos, outra possibilidade de atividade relacionada a extensão é a oferta de cursos. Ferreira et al. (2013) indica que os cursos de extensão são essenciais para que o profissional possa ser reflexivo e crítico e, assim, tenha condições de aplicar o conhecimento adquirido, pelos diferentes meios, para discutir as possibilidades da prática de atividades físicas por pessoas com deficiência. Uma constatação preocupante refere-se à falta de apoio das IES as atividades de extensão e parcerias com entidades específicas de atendimento a pessoas com deficiência. Tais parcerias poderiam aproximar a comunidade da universidade, uma oportunidade em que todos sairiam ganhando. Os docentes e os alunos aprofundariam os conhecimentos teóricos e teriam a oportunidade de colocar estes conhecimentos em situações reais, por extensão, a comunidade receberia um atendimento privilegiado e permanente (MOURA et al., 2014).

Assim, a extensão universitária conta com uma formação diferenciada. Há uma combinação de experiências durante a extensão universitária e a teoria, o qual é evidenciado dentro da sala de aula. Essa combinação faz com que os graduandos experimentam o que foi dito em teoria, além disso, ofertam tal projeto de extensão para os membros daquela sociedade. Ou seja, a comunidade participante do projeto de extensão eleva seu grau de aproveitamento de tal oferta, como também, a comunidade acadêmica é vista como tutor de determinada atividade relacionando a teoria e praticando durante a oferta da extensão.

As pesquisas realizadas por Block e Obrusnikova (2007), voltadas à Educação Física frente a inclusão do aluno com deficiência são desenvolvidos, em grande parte, por meio de métodos qualitativos e, assim, ampliaram sua abrangência sobre os seguintes temas: 1) Suporte; 2) Efeitos/consequências sobre os alunos sem deficiência; 3) Atitudes e intervenções dos alunos sem deficiência; 4) Interação Social; 5) Participação do aluno com deficiência na aula; 6) Formação e atitudes dos professores de Educação Física. Bem como, Alves et al. (2017) contribui que o objeto de estudos que envolvem esta temática não se restringe apenas ao aluno com deficiência, mas ao processo inclusivo como um todo, no qual toda a comunidade escolar está envolvida.

Estudos realizados voltados a formação de professores para o atendimento ao aluno com deficiência tem procurado responder aos questionamentos e problemas encontrados pelo professor de Educação Física para a aprendizagem e participação efetiva do aluno com deficiência nas suas aulas. Neste ponto, estes estudos não têm apenas o aluno com deficiência como população-alvo, mas toda a comunidade escolar, com professores, auxiliares e alunos sem deficiência (ALVES et al., 2017, p. 56).

O estudo realizado por Ferreira et al. (2013) visou analisar a existência de grupos de pesquisa voltados a atividade física adaptada das universidades estaduais de São Paulo. Sendo assim, dentre as 10 universidades existentes, nove apresentaram os referidos grupos. Compreende-se que a existência de grupos de estudos e pesquisa voltados a temática que envolve a pessoa com deficiência na maioria dos cursos analisados, sugere que as IES participantes do presente estudo oferecem aos graduandos em Educação Física a possibilidade de uma formação teórica mais aprofundada sobre o assunto (FERREIRA et al., 2013, p. 591).

Outro ponto essencial para discussão é o acesso aos estudos realizados. Estes, em grande parte, têm sua publicação concentrada em periódicos de acesso restrito a universidades e seus pesquisadores. Professores de Educação Física sem vinculação ou envolvimento com a universidade não tem acesso ao conhecimento gerado por estes estudos, impedindo que o objetivo de melhoria da prática pedagógica não seja alcançado. O limitado número de periódicos relacionados ao tema, tanto nacional quanto internacionalmente, também reflete esta dificuldade. Entre estes, apenas a revista da Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada - SOBAMA tem acesso livre (ALVES et al., 2017, p. 57).

Acerca da produção de dissertações e teses voltadas a referida temática, Silva e Araújo (2012) evidenciaram a existência de 88 teses e dissertações nas instituições com programas de mestrado e doutorado em Educação Física que apresentaram ao menos um trabalho relacionado com atividade física adaptada. Do total, 53 foram localizados na UNICAMP; 11 na UFRGS; 6 na USP; 4 na UCB e UGF; 3 na UNESP e UFSC; e 2 na UDESC e na UFPR. Nestes estudos, a maioria dos pesquisadores procurou inicialmente evidenciar características das pessoas com deficiência, por meio de medidas, testes e avaliações, buscando mostrar uma população que anseia ser desvelada pela pesquisa.

De modo semelhante, Alves, Reis e Silva (2018) visaram traçar um panorama da produção em atividade física adaptada dos programas de pós-graduação em Educação Física no estado do Paraná, para dessa forma poder entender melhor quem produz e o que se produz referente à área. Após levantamento dos dados, foi encontrado um total de 593 teses e dissertações nos programas de pós-graduação em Educação Física paranaenses (242 da UEL/UEL, 310 da UFPR e 41 da UNOPAR). Do total, 17 trabalhos (2,87% do total) são relacionados à Atividade Física Adaptada. Destes, quinze são dissertações de mestrado e duas teses de doutorado.

Conforme explanado, os programas de pós-graduação em Educação Física do estado do Paraná são relativamente recentes. Desta forma é natural que ainda não existem muitas pesquisas direcionadas ao atendimento do aluno com deficiência nas aulas de Educação Física devido principalmente a diversidade epistemológica existente na área da Educação Física. Porém, se for levado em consideração a quantidade de produção, e não mais o tempo de existência como critério analítico, pode-se afirmar que, proporcionalmente, existem poucas teses em dissertações relacionadas produzidas nas universidades paranaenses. Neste número diminuto de trabalhos, nenhum está voltado a atividades físicas para pessoas com deficiência auditiva, o que revela um objeto ainda não explorado pelas universidades paranaenses (ALVES; REIS; SILVA, 2018, p. 73)

Assim, o estudo concluiu que existe a necessidade de um olhar mais atento às pesquisas relacionadas ao aluno com deficiência na educação física, principalmente com outros enfoques epistemológicos que não o do desenvolvimento e comportamento motor. Tal pluralidade na forma do fazer ciência possibilitaria que a temática fosse melhor explorada e compreendida no cenário acadêmico brasileiro. Ainda assim, as conclusões levantadas, permitem compreender uma realidade específica, de um grupo específico, que revelam uma parte da produção científica paranaense e deram um vislumbre de uma pesquisa que pode ser ampliada para abranger todo o cenário nacional e internacional e ser atualizada constantemente (ALVES; REIS; SILVA, 2018, p. 73)

Sendo assim, os estudos que relacionam a educação física e alunos com algum tipo de deficiência ainda estão em crescimento como campo de conhecimento e são necessários avanços na definição das teorias e dos métodos utilizados, bem como uma reflexão sobre o alcance efetivo dos estudos realizados pelos profissionais atuantes. “A pesquisa científica e seu conhecimento produzido se justificam pelas demandas do campo profissional, atuando como base fundamental para o seu avanço e resolução de problemas” (ALVES et al., 2017, p. 58).

Neste sentido, o envolvimento dos acadêmicos em atividades de pesquisa durante a graduação em Educação Física é importante afim de tornar o futuro profissional com conhecimento e autonomia para gerenciar, administrar e produzir políticas de intervenção nos vários campos de sua atuação profissional (BORELLA, 2010). Portanto, os conhecimentos teóricos produzidos podem ser utilizados para orientar e comparar questões de pesquisa que ainda estão em processo de construção ou que necessitam de aperfeiçoamento. Para isso, um conjunto de princípios é formulado de maneira que explique fatos ou fenômenos, sobretudo aqueles que têm sido testados e possuem uma aceitação ampla, mas que não se aplicam a uma determinada realidade social, o que parece ser o caso dos conceitos de professor pesquisador e professor reflexivo na atualidade. Desse modo, falar em professor como pesquisador nos remete ao professor reflexivo, à pesquisa-ação, à pesquisa sobre a própria prática. Existem professores/pesquisadores que, buscam compreender a natureza dos fenômenos educativos em razão da necessidade de aprendizado dos alunos em sua formação humana (FAGUNDES, 2016).

Entende-se, então, que esse profissional deva ter conhecimentos especializados para lidar com a diversidade de pessoas atendidas nas aulas de educação física. Nesse sentido, os cursos de graduação não podem deixar de discutir a intervenção voltada às pessoas com deficiência e adaptações de atividades físicas, já que esse público está progressivamente buscando práticas de atividades físicas, e o profissional precisa estar pronto para atendê-lo (FERREIRA et al., 2013, p. 583). Dessa maneira, a pesquisa se faz necessária para compreender fenômenos e discutir sobre ações, como também, acompanhamentos emergentes e o contanto com a sociedade. É através da pesquisa que nasce a certeza de determinadas ações. Assim, a pesquisa apresenta fatores possivelmente essenciais para determinada função, essa que foi estudada, averiguada, analisada e por fim concluída.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como uma das formas de qualificação capaz de proporcionar o pensar e repensar o ensino em função das estruturas sociais, visto na literatura, é de extrema importância que a universidade realize ensino de qualidade, pesquisas e extensão universitária. Na relação de ensino, pesquisa e extensão estão devidamente a essência do fazer universitário. Por meio do ensino e pesquisa a universidade torna-se mais forte ao saber ensinar e comprovar de seus conhecimentos. A extensão universitária vem para somar e reproduzir na prática tudo aquilo que já foi visto, cabe a todos, docentes e discentes, fazer parte do tripé de sua universidade.

Ao detalhar sobre o ensino, conclui-se que os cursos de Educação Física das universidades brasileiras enfatizam a disciplina que trata da inclusão do aluno com deficiência, porém os professores que ministram tais disciplinas ainda não

encontraram uma fórmula adequada para simular vivências práticas para alunos, e por isso, não se sabe se a mesma está sendo suficiente para que haja êxito durante a atuação dos professores nas escolas de ensino regular.

Levando em consideração a extensão universitária, de acordo com os artigos selecionados, percebe-se que este consta com uma formação diferenciada para seus acadêmicos em que encontrasse o público alvo as pessoas com deficiência. Essa combinação faz com que os graduandos experimentam na prática o que foi dito em teoria, disponibilizando assim a assimilação dos conteúdos ofertados em disciplinas específicas do curso de graduação que abrange pessoas com deficiência. Ao particularizar sobre pesquisa, o mesmo evidenciou vários achados sobre pesquisas relacionadas junto de pessoas com deficiência. Dessa maneira, cabe ressaltar a importância da realização da pesquisa dentro da IES, pois, é através da mesma que se comprova inúmeros fatos.

Conforme exposto pelos artigos relacionados ao tema, a participação de acadêmicos de Educação Física no tripé de ensino, pesquisa e extensão durante a formação inicial é de extrema importância afim de tornar profissionais capazes de atuarem junto de alunos com deficiência, como também os saberes teóricos somados na produção da pesquisa. Para a realização de pesquisa e extensão é imprescindível a necessidade de investimento em locais apropriados para prática de atividades físicas, disponibilidade de carga horário aos professores universitários, como também disponibilidade de órgãos de fomento para discentes envolvidos em determinada linha do tripé.

Com o término desse ensaio, não houve limitações para o desenvolvimento do mesmo, os sites de buscas foram suficientemente para a elaboração do presente estudo. Dessa forma, é sugerido novos estudos para averiguarem algumas questões mais detalhadas sobre o tripé de ensino, pesquisa e extensão, como por exemplo: quantidade de projeto de extensão nas IES; qualidade de ensino nas IES; se há oferta de grupos de extensões e pesquisas com foco em pessoas com deficiências para acadêmicos da licenciatura, para ocorrer contribuição com a formação inicial do acadêmico de Educação Física para o trabalho junto do aluno com deficiência.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. C. A.; BIAJONE, J. Saberes docentes e formação inicial de professores: implicações e desafios para propostas de formação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 281-95, 2007.

ALVES, T. E. K.; REIS, R. E.; SILVA, M. M. Panorama da produção de conhecimento em atividade física adaptadas nos programas de pós-graduação em educação física do estado do Paraná. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 30, n. 53, p.70-83, 2018.

ALVES, M. L. T.; STORCH, J.; HARNISCH, G.; STRAPASSON, A. M.; ALMEIDA, J. J. G.; DUARTE, E. A pesquisa em atividade física adaptada. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 53-60, 2017.

BARBOSA-RINALDI, I. P. Formação inicial em educação física: uma nova epistemologia da prática docente. **Movimento**, Porto Alegre, v. 14, n. 3, p. 185-207, 2008.

BLOCK, M.; OBRUSNIKOVA, I. Inclusion in physical education: a review of literature from 1995-2005. **Adapted Physical Activity Quarterly**, Champaign, v. 24, p. 103-24, 2007.

BORELLA, D. R. **Atividade Física Adaptada no contexto das matrizes curriculares dos cursos de Educação Física**. 2010. 166f. Tese (Doutorado em Educação Especial), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

BORTOLETO, M. A. C.; SPOLAOR, G. C.; RODRIGUES, G. S. O papel da extensão universitária e sua contribuição para a formação acadêmica sobre as atividades circenses. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 1-14, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. **Resolução nº 03/87**, 1987. Disponível em: <[http://crefrs.org.br/legislacao/pdf/resol\\_cfe\\_3\\_1987.pdf](http://crefrs.org.br/legislacao/pdf/resol_cfe_3_1987.pdf)> Acessado em: 18 de fevereiro de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. **Decreto nº 6.495**, 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6495.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6495.htm)> Acessado em: 18 de fevereiro de 2018

CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S.; PEDRINELLI, V. J. Encontro pré-congresso de professores de educação física adaptada de instituições de ensino superior: relato. In: CIDADE, R. E.; PEDRINELLI, V. J.; FREITAS, P. S. **Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada**. Temas em educação Física Adaptada. São

Paulo: Sobama, 2001. p. 86-91.

CONCEIÇÃO, V. J. S.; KRUG, H. N. Formação inicial de professores de educação física frente a uma realidade de inclusão escolar. **Educação Especial**, Santa Maria, v. 22, n. 34, p. 237-49, 2009.

DUARTE, E.; LIMA, S. M. T. Atividade Física para pessoas com necessidades especiais: experiências e inter-venções pedagógicas. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 2003.

FAGUNDES, T. B. Os conceitos de professor pesquisador e professor reflexivo: perspectivas do trabalho docente. **Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 65, p. 1-18, 2016.

FERREIRA, E.; LOPES, R. G. B.; FERREIRA, R.; NISTA-PICCOLO, V. L. Um olhar sobre a educação física adaptada nas universidades públicas paulistas: atividades obrigatórias e facultativas. **Educação Física**, Maringá, v. 24, n. 4, p. 581-95, 2013.

FIORINI, M. L. S.; MANZINI, E. J. Inclusão de alunos com deficiência na aula de educação física: identificando dificuldades, ações e conteúdo para prover a formação do professor. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 20, n. 3, p.387-404, 2014.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior de Brasileiras, 2012. Disponível em: <<http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acessado em: 8 de outubro de 2018.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Plano Nacional de Extensão Universitária** - Edição Atualizada. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC, Brasília. 2000/2001. Disponível em: <[http://www.uemg.br/downloads/plano\\_nacional\\_de\\_extensao\\_universitaria.pdf](http://www.uemg.br/downloads/plano_nacional_de_extensao_universitaria.pdf)> Acessado em: 15 de fevereiro de 2018.

FRANK, R.; STOCCO, J.; BORELLA, D. R.; STORCH, J. A.; SCHONE, A. Formação inicial e continuada de docentes de educação física atuantes na modalidade de educação especial. **Motrivivência**, Santa Catarina, n. 40, p. 80-9, 2013.

FREITAS, M. N. C.; SANTOS, L. M. M.; LÍDIA, M. F. L. A educação inclusiva: um estudo sobre a formação docente. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 4, p. 527-42, 2016.

GAIO, R.; SEABRA JÚNIOR, L.; DELGADO, M. A. **Formação profissional em educação física**. Várzea Paulista: Fontoura. 2013

GREGUOL, M.; MALAGODI, B.; CARRARO, A. Inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física: atitudes de professores nas escolas regulares. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 24, n. 1, p. 33-44, 2018.

JEZINE, E. As práticas curriculares e a extensão universitária. In: Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2004. **Anais...** Belo Horizonte: Editora, 2004. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/congrent/Gestao/Gestao12.pdf>>. Acessado em: 20 de agosto de 2011.

MARCON, D.; GRAÇA, A. B. S.; NASCIMENTO, J. V. O conhecimento do contexto na formação inicial em educação física. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.27, n.4, p.633-645, 2013.

MENDES, M. de M.; PÁDUA, K. C. "Influência da formação na prática de professores de Educação Física que atuam com alunos com deficiência: um estudo no sistema de ensino especial". **Educação em Foco**, Belo Horizonte, v. 13, n. 16, p. 13-39, 2010.

MENEGON, R. R.; LIMA, M. R. C.; LIMA, J. M.; ROMERO, L. R. **A importância dos projetos de extensão no processo de formação inicial de professores de educação física**. FCT/UNESP- PROEX, 2015. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/jornadadonucleo/a-importancia-dos-projetos-de-extensao.pdf>>. Acessado em: 18 de fevereiro de 2018.

MOURA, D. L.; CHAN-VIANNA, A. J.; ANTUNES, M. M.; ALMEIDA, J. J. G. A disciplina educação física adaptada dos cursos de graduação no Rio de Janeiro. **Conexões**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 1-12, 2014.

NASCIMENTO, J. V. Formação do profissional de educação física e as novas diretrizes curriculares: reflexões sobre a reestruturação curricular. In: NETO, S. S.; HUNGER, D. (Org.). **Formação profissional em educação física**. Rio Claro: Biblióetica, 2006. p. 59-75.



OLIVEIRA, R. G.; ASSIS, C. C. M. Diversidade humana e inclusão social na escola: discurso dos professores de Educação Física. **Caderno de Educação Física**, Marechal Cândido Rondon, v. 9, n. 17, p. 37-44, 2010.

PACHECO, J.; ALVES, M. L. T.; DUARTE, E. A formação inicial de professores de educação física acerca da inclusão: um estudo diagnóstico no Chile. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 619-27, 2017.

PAVIANI, J. O ensaio como gênero pessoal. In: Simpósio Internacional de Estudos de Gênero Textuais, 2009. **Anais...** Caxias do Sul/RS. Disponível em: <[https://www.ucs.br/ucs/extensao/agenda/eventos/vsiget/portugues/anais/arquivos/o\\_ensaio\\_como\\_genero\\_textual.pdf](https://www.ucs.br/ucs/extensao/agenda/eventos/vsiget/portugues/anais/arquivos/o_ensaio_como_genero_textual.pdf)>. Acessado em: 6 de fevereiro em 2019.

RAMOS, A. L. **Contribuições da extensão universitária voltada à pessoa com deficiência na formação inicial do professor de educação física**. 2016. 15f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2016.

RODRIGUES, D. A educação física perante a educação inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. **Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física**, Lisboa, v. 24, n. 25, p. 73-81, 2003.

SILVA, M. G. C.; BONFAT, D. L.; SILVA, E. M.; CHICON, J. F.; FIGUEIREDO, Z. C. C. O processo de formação inicial em educação física na perspectiva inclusiva: o que nos dizem os egressos? **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 1-17, 2017.

SILVA, R. F.; ARAÚJO, P. F. **Os caminhos da pesquisa em atividade motora adaptada**. São Paulo: Phorte, 2012.

SILVA, O. O. N. **Formação profissional em educação física no Brasil: história conflitos e possibilidades**. Jundiá: Paco Editorial. 2015.

SILVA, R. F.; ARAÚJO, P. F. **Os caminhos da pesquisa em atividade motora adaptada**. São Paulo: Phorte, 2012

SOARES, P. B. M.; RABELO, D. F. O.; AMARAL, F. R.; RABELO, M. O. O mutirão de prevenção ao câncer: um relato de experiência no âmbito da extensão universitária. **Intercâmbio**, Montes Claros, v. 7, n. 1, p. 406-13, 2016.

SOBREIRA, V.; LIMA, S. R.; NISTA-PICCOLO, V. L. A percepção dos futuros professores de Educação Física sobre a preparação no trabalho com pessoas com deficiência. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 18, n. 1, p. 138-51, 2015.

TAFFAREL, C. N. Z.; SANTOS JÚNIOR, C. L. Formação humana e formação de professores de Educação Física: para além da falsa dicotomia licenciatura x bacharelado. In: TERRA, D. V.; SOUZA JÚNIOR, M. (Orgs.). **Formação em educação física & ciências do esporte: políticas e cotidiano**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Goiânia: CBCE, 2010. p. 13-47.

VIEIRA, V. A. As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. **Fae**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 61-70, 2002.

ZABALZA, M. A. **O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ZUANON, A. C. C. Carta ao Leitor. **Ciência Extensão**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 1, 2010.

---

Autor correspondente: **Ana Laura Fischer Lottermann**

E-mail: [analaoraf2007@hotmail.com](mailto:analaoraf2007@hotmail.com)

Recebido: **29 de março de 2019**.

Aceito: **26 de maio de 2019**.